



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Hospital Universitário Pedro Ernesto

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**  
**SEI-260007/004069/2026**

**1. OBJETIVO:**

O presente Termo tem por objetivo a aquisição de **produto químico antisséptico**, por **Compra Direta Emergencial**, para o Hospital Universitário Pedro Ernesto, por meio de empresa especializada, em conformidade com a **lei nº 14.133/2021 Art.75 Inc.VIII** (Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências), e o Decreto Estadual nº 48.816/23 (Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro).

**1.1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

1.1.1. Trata-se de produto químico indispensável ao desenvolvimento da assistência integral dos pacientes. Cabe ressaltar que se trata da aquisição de insumos para um Hospital Universitário, com diversas especialidades e com linhas de cuidado na média e alta complexidade.

1.1.2. Com a presente aquisição pretende-se dar continuidade ao ressuprimento de produto químico padronizado para o reabastecimento dos estoques da Central de Abastecimento Químico (CAQ - HUPE), a fim de prestar assistência médica de acordo com os protocolos clínicos do HUPE. A quantidade está baseada no consumo médio mensal, conforme anexo (129490862 e 129491715).

1.1.3. O produto químico **Álcool Etilico 70% REFIL de 800 ml (Gel antisséptico para as mãos)**, encontra-se com o estoque crítico, conforme doc. 129490437.

1.1.4. Informamos ainda que o referido item resultou **FRACASSADO** recentemente no Pregão Eletrônico nº 128/26 (SEI-260007/017427/2025).

**1.2. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO:**

1.2.1. A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 75, VIII, admite a contratação direta em casos de emergência ou de calamidade pública que exija pronta resposta por parte da administração, a fim de prevenir ou remediar situações que possam ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos.

1.2.2. Outrossim, a lei reconhece que, em contextos de emergência, a exigência de procedimentos comuns de licitação pode ser impraticável ou prejudicial ao interesse público, e a considerou secundário diante da necessidade de ação imediata, permitindo a supressão dos referidos instrumentos mediante justificativa.

1.2.3. A solução pretendida se enquadra como item de fornecimento contínuo uma vez que compõe a grade regular dos estoques para abastecimento do hospital e consta no Plano de Contratações Anual de 2026, disponível em <https://pncp.gov.br/app/pca/42498600000171/2026/17>.

**1.3. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2026.

Unidade Orçamentária (UO): 404340

Fonte de Recursos (FR): 225 / 100

Natureza da Despesa (ND): 339030

**2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:**

**2.1. DEFINIÇÃO DA NATUREZA DO BEM:**

ITEM	MV	ID SIGA	PRODUTOS QUÍMICOS	CAS	FORMA	QUANTIDADES	INDICAÇÃO	AMOSTRAS PARA AVALIAÇÃO	MARCAS PRÉ-APROVADAS
------	----	---------	-------------------	-----	-------	-------------	-----------	-------------------------	----------------------

1	3631	69020	PRINCIPIO ATIVO: ALCOOL ETILICO, FORMA FARMACEUTICA: GEL ANTISSEPTICO, CONCENTRACAO / DOSAGEM: 70%, UNIDADE: ML, VOLUME: 800 ML, APRESENTACAO: REFIL PARA DISPENSADOR, ACESSORIO: N/A	-	FRASC C/800ML	1.360.000 ml = 1.700 frascos de 800 ml	Trata-se de gel antisséptico em embalagem refil para reposição dos dispensadores localizados em todas as unidades assistenciais do HUPE, com o objetivo de realizar antisepsia das mãos e prevenir contaminações no ambiente hospitalar.	2	INDALABOR, CICLO FARMA, TUPI
---	------	-------	--	---	------------------	--	--	---	------------------------------------

### Item 1. Álcool etílico gel 70% refil de 800mL (Gel antisséptico para as mãos):

**Descrição complementar :** Preparação composta por etanol (álcool etílico). Concentração final da preparação 70%. No caso de preparações sob as formas de gel, conforme estabelecido na RDC nº 42/2010 a preparação alcoólica deve:

- Apresentar boa tolerância cutânea, ou seja, deve conter emolientes, umectantes ou outros agentes condicionadores em sua formulação;
- Apresentar boa textura e viscosidade, sendo **isenta** de material em suspensão para evitar que deixe resíduos aderentes nas mãos e prevenindo a sensação de mãos pegajosas após aplicação;
- Ser **isenta** de perfume, com odor característico de álcool, hipoalergênica e atóxica;
- Apresentar informação de data de fabricação, nº de lote e da validade impressos na embalagem, e informação de como proceder em caso de irritação.
- Ser de uso sem enxague.
- Apresentar tempo de secagem da preparação alcoólica não muito superior ao tempo necessário de aplicação da preparação alcoólica nas mãos.
- Apresentar Registro ativo junto a Anvisa que permita a utilização da formulação alcoólica como antisséptico dentro de ambiente hospitalar.

**Unidade de fornecimento:** embalagem ou frasco plástico descartável do tipo refil de 800mL contido em envoltório externo (embalagem secundária tipo caixa) que permita a melhor acomodação do refil nos dispensadores, bem como o aproveitamento total do produto.

Deverá ser fornecida **amostra na quantidade de 02 refis**, com a embalagem secundária inclusa, para ser avaliada pela CCIH (Comissão de Controle de Infecção Hospitalar) do HUPE. As amostras deverão ser enviadas juntamente com o Laudo de Análise contendo dados da eficácia antimicrobiana, a fim de possibilitar a realização de avaliação legal, técnica e funcional das mesmas, tais como eficácia microbiana e registro regular junto a Anvisa que permita a utilização da formulação alcoólica dentro de ambiente hospitalar, conforme a legislação vigente.

### 2.2. PARCELAMENTO DO OBJETO:

Optou-se pelo parcelamento do objeto, em até 12 parcelas, pelo dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

## 3. DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

### 3.1. FORMA DE EXECUÇÃO:

- 3.1.1. Em caso de divergência de descrição entre o ID do SIGA e o Termo de Referência, vale o que está exposto nas especificações deste Termo;
- 3.1.2. O regime de fornecimento será venda;
- 3.1.3. A memória de cálculo para compor a quantidade total de itens a ser contratada se baseia na análise do consumo médio mensal, na solicitação da unidade demandante e, por último, na autorização da Direção Geral, segundo os docs. 129490862 e 129491715.

### 3.2. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA:

Não será permitida a participação de cooperativas, uma vez que fere o Princípio Constitucional da Eficiência, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos, necessitarão, obrigatoriamente, da assinatura, e da consequente anuência de todos os cooperados dificultando, ou até, impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

### 3.3. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO:

Tradicionalmente, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

O Professor MARÇAL JUSTEN FILHO, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13 ed.2009, pág. 47 e 477, diz que:

“Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Assim se passa porque, como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição.

Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispuseram de condições para participar de licitações. Nesse caso, o instituto do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de participantes.

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que apenas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação.”

Ainda, sobre a questão da discricionariedade, o Professor diz que:

"O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública."

A jurisprudência do TCU também avaliou a discricionariedade da Administração quanto a admissibilidade da participação de consórcios:

"Ademais, a participação de consórcios em torneio licitatório não garante aumento de competitividade, consoante arestos do RElatório e Voto que impulsionaram o Acórdão nº2.813/2004 - 1ª Câmara (...) O art.33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Isto porque, a nosso ver, a formação de consórcio tanto se presta a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores ou, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si). Com os exemplos fornecidos pelo BACEN, vemos que é prática comum a não aceitação de consórcios."

(Acórdão nº1.946/2006 - Plénário - TCU - rel. Min. Marcos Bemquerer)

"A aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito o poder discricionário da administração contratante, conforme art.33, caput, da Lei nº 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre justificada."

(Acórdão nº 566/2006 - Plenário - TCU - rel. Min. Marcus Vinícius Vilaça).

Dado o exposto e considerando que da análise dos instrumentos da fase preparatória e da pesquisa de mercado depreendeu-se a existência de mercado fornecedor, recomenda-se a vedação da participação de consórcios no futuro certame, visto que a ausência do mesmo não trará prejuízos à competitividade.

### **3.4. DURAÇÃO DO CONTRATO:**

**3.4.1. O prazo de vigência do contrato será de 06 meses, contados a partir da data da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ou até a celebração de um novo contrato oriundo de um novo procedimento licitatório, extinguindo-se de pleno direito no evento que ocorrer primeiro, observadas as seguintes diretrizes:**

- 3.4.1.1. A autoridade competente do contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- 3.4.1.2. A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- 3.4.1.3. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

3.4.2. O Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

- 3.4.2.1. por ato unilateral do CONTRATANTE, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;
- 3.4.2.2. consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/2021; e
- 3.4.2.3. na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

3.4.3. Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá:

- 3.4.3.1. reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- 3.4.3.2. cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e;
- 3.4.3.3. cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

### **3.5. REAJUSTE DE PREÇOS:**

Considerando tratar-se de contratação em caráter emergencial para fornecimento de material, o prazo de vigência do contrato será **de 06 (seis) meses**, contados a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não sendo admitida prorrogação, em razão da natureza excepcional da contratação.

### **3.6. GARANTIA:**

3.6.1. A cobertura de garantia contratual será avaliada de acordo com a OS-003-GDG-2024, conforme documento SEI 70136509, obedecendo as cláusulas previstas no art. 96 da Lei 14.133/21.

### **3.7. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO:**

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **3.8. INCIDÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE:**

Não se aplica.

### **3.9. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:**

Os resíduos gerados serão acondicionados em locais adequados e posteriormente recolhidos pela empresa contratada pela UERJ/HUPE para realizar o descarte correto, sob a gestão da Hotelaria Hospitalar.

### **3.10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

#### **3.10.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

- 3.10.1.1. Fornecer à CONTRATADA documentos e informações que se manifestarem cabíveis que sejam vinculados ao contrato a ser formalizado;
- 3.10.1.2. Conferir o fornecimento do material de acordo com o contrato;
- 3.10.1.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato a ser formalizado;
- 3.10.1.4. Exercer a fiscalização do contrato;

#### **3.10.2. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR/CONTRATADO:**

- 3.10.2.1. Entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no contrato a ser formalizado;
- 3.10.2.2. Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- 3.10.2.3. Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- 3.10.2.4. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 3.10.2.4.1. A CONTRATADA deverá prestar todas as informações que forem solicitadas pela CONTRATANTE com objetivo de fiscalizar o contrato;
- 3.10.2.5. Entregar os materiais com **validade mínima de 85% do seu período total de validade**, conforme Resolução SES nº 1342/2016, doc 128904520. Caso o produto apresente validade inferior ao estabelecido, a área técnica responsável deste órgão avaliará a pertinência e a necessidade de aceitá-lo. Havendo aceite, a empresa deverá apresentar carta de compromisso, comprometendo-se a realizar a substituição, sem ônus para a Administração Pública, de todos os produtos cuja validade venha a expirar antes de sua utilização.
- 3.10.2.5.1. A CONTRATADA poderá solicitar a troca da marca dos medicamentos ofertados, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE, **limitada a até 30% (trinta por cento) do quantitativo contratado**. A substituição somente será admitida se mantidas as mesmas especificações técnicas, princípio ativo, concentração, forma farmacêutica e apresentação, sem qualquer ônus adicional para a Administração.
- 3.10.2.5.1.1. Em casos **supervenientes ao objeto contratado**, devidamente justificados pela CONTRATADA, poderá ser admitida solicitação de substituição superior ao limite de 30% (trinta por cento), a qual será submetida à **avaliação interna deste órgão**, que deliberará quanto à pertinência e viabilidade do pedido.
- 3.10.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 3.10.2.7. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros;
- 3.10.2.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

#### 4. REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO:

##### 4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

##### 4.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

**4.2.1.** O licitante deverá comprovar aptidão técnica para o fornecimento de **produtos químicos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência**, correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos licitados, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem desempenho anterior satisfatório e compatível em **características, quantidades, prazos, condições de armazenamento, manuseio e transporte**, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis;

**4.2.2.** O licitante deverá comprovar a existência de Responsável Técnico legalmente habilitado, com registro profissional ativo no Conselho Regional de Química (CRQ) da jurisdição da empresa, nos termos da Lei nº 2.800/1956, da Lei nº 6.839/1980 e do Decreto Federal nº 85.877/1981, responsável pela supervisão técnica das atividades relacionadas ao armazenamento, controle de qualidade, manuseio e distribuição dos produtos químicos;

**4.2.3.** O licitante deverá apresentar, para os produtos químicos licitados, as respectivas **Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ)** ou **Fichas de Dados de Segurança (FDS)**, quando aplicável, **atualizadas e compatíveis com os itens ofertados**, acompanhadas, **obrigatoriamente**, do **Laudo Técnico de Análise correspondente dos itens**;

Parágrafo único. **Quando se tratar de produto químico sujeito à regulamentação sanitária, o item ofertado deverá possuir registro válido junto à ANVISA**, o qual deverá ser comprovado pelo licitante.

##### 4.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

4.3.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b.1) O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, eis que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI supre tais requisitos;

c) Regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante apresentação de:

c.2.1) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda;

c.2.2) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

f) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.2. Na hipótese de tratar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

4.3.3. Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

4.3.4. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 155, da Lei nº 14.133/21.

#### 4.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Art 5º, Inc II, alínea "c", da IN SEGES/ME nº 116/2021) ou de sociedade simples;

4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4.2.1. As certidões comprobatórias do atendimento ao disposto, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, será a do 2º Ofício do Registro de Distribuição.

4.4.2. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

4.4.3. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização dos valores por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios.

#### 4.5. AMOSTRA INSUMOS / QUÍMICOS:

**4.5.1 Após classificação preliminar das empresas, na fase de habilitação do futuro pregão, serão solicitadas amostras e catálogos nos casos em que a marca do material não for pré-aprovada, conforme a tabela 2.1 deste Termo;**

4.5.2. Justificativa da necessidade de avaliação de amostras: A avaliação é importante considerando que os insumos são utilizados para o desenvolvimento da assistência integral aos pacientes em situações de internação clínica, semi- intensiva/intensiva, cirúrgica (pré, trans e pós-operatório), em procedimentos curativos e/ou de investigação diagnóstica, nas diversas unidades assistenciais ou ambulatoriais. Um defeito, mau funcionamento no produto ou não atendimento das especificações técnicas pode levar a danos irreversíveis aos pacientes;

**4.5.3. Será exigida do licitante provisoriamente vencedor, quando ofertadas marcas não pré-aprovadas, conforme disposto na Tabela 2.1 deste Termo de Referência,** a apresentação de amostras de cada um dos itens arrematados, as quais deverão ser encaminhadas ao pregoeiro, localizado na Rua São Francisco Xavier nº 524, Sala 2.105, 2º andar, para fins de análise e avaliação técnica;

– Bloco F – Coordenadoria Técnica de Licitações e Contratos da UERJ. Os materiais apresentados para análise deverão estar corretamente identificados com o nome do licitante responsável pelo envio:

**4.5.3.1. O quantitativo de amostras não será contabilizado como item de entrega, a ser descontado da quantidade contratada;**

4.5.3.2. A quantidade de amostras para análise e avaliação técnica terá que seguir o solicitado no quadro do Item 2.1.;

4.5.4. A apresentação da amostra do material cotado tem por objetivo a verificação de sua compatibilidade com as especificações deste termo;

4.5.5. A validade das amostras a serem entregues deve ser de, no mínimo, 02 (dois) meses;

4.5.6. O material será analisado por representante **representante do Hospital**, podendo, ainda, serem realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada, nos termos do Art. 42 da Lei 14.133/2021;

4.5.7. O material (amostra) a ser submetido à análise deverá vir acompanhado da respectiva **Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) ou da Ficha de Dados de Segurança (FDS)**, atualizada e compatível com o item ofertado, bem como do **Laudo Técnico de**

**Análise do Material, obrigatório para todos os itens. Quando se tratar de produto químico sujeito a registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), deverá ser apresentado o respectivo comprovante de registro válido, quando couber;**

4.5.8. A proposta do licitante será desclassificada no caso de o material ser reprovado, devendo o mesmo ser notificado para ciência do laudo e retirada do mesmo. Caso o material não seja retirado pelo licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, presumir-se-á seu desinteresse em relação ao mesmo, que poderá ser descartado ou incorporado ao patrimônio da UERJ/HUPE;

4.5.9. A desclassificação da proposta na forma prevista no subitem anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação à avaliação do material;

**4.5.10** As empresas que oferecerem produtos de marcas pré-aprovadas, conforme constam nas especificações deste termo, estarão dispensadas da apresentação de amostras. **Cabe ressaltar que, nos casos de marca pré-aprovada, dispensada, portanto, a apresentação da amostra, não será válido apresentar proposta detalhe contendo item diferente do licitado.**

#### **4.6. ENTREGA, AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DO OBJETO:**

4.6.1. Após a concretização da contratação, conforme necessidade da CONTRATANTE será enviada à CONTRATADA uma autorização de entrega de material, conforme anexo em documento SEI 30203367.

4.6.2. Havendo necessidade por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a comunicar antecipadamente quais os nomes/descrições que constarão na Nota Fiscal, para fins de identificação dos materiais recebidos e correspondência com os itens contratados.

4.6.3. As entregas serão parceladas, de acordo com a demanda da unidade;

4.6.3.1. As parcelas deverão ser faturadas e entregues na sua totalidade.

4.6.4. O prazo máximo de entrega será de **10 (dez)** dias úteis a contar da data da solicitação de entrega;

4.6.5. No momento da entrega do insumo / produto químico, a CONTRATADA deverá enviar o **LAUDO DE CONTROLE DE QUALIDADE referente ao LOTE** fornecido, bem como, uma cópia do empenho junto à nota fiscal;

4.6.6. Quando se tratar **exclusivamente de produtos químicos**, a entrega deverá ser realizada obrigatoriamente acompanhada da respectiva **Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) ou Ficha de Dados de Segurança (FDS)**, atualizada, compatível com o item fornecido e em conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes, bem como do **Laudo Técnico de Análise correspondente a todos os itens contratados**, devendo toda a documentação ser apresentada no ato da entrega, juntamente com a **nota fiscal** e a respectiva **nota de empenho**;

4.6.7. O local de entrega dos **produtos químicos** será na Central de Abastecimento Químico - CAQ, situado na Avenida Boulevard 28 de Setembro, 77 – Vila Isabel, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.551-030;

4.6.8. A entrega deverá ser realizada na **CAQ-HUPE, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 14 horas**;

4.6.9. Cada produto deverá apresentar em sua embalagem dados de identificação, data da fabricação, validade, número do lote, fórmula química, massa molecular, peso molecular, classificação de risco para os itens que forem necessários, seguindo a **ABNT-NBR-14725, edição de 03/07/2023**. Caso não constem todas as informações nos rótulos, essas deverão fazer parte dos respectivos laudos de análises;

4.6.10. Os itens fora das condições estabelecidas no subitem 3.10.2.5 só serão recebidos após prévia análise do Serviço de Farmácia do HUPE - Central de Abastecimento Químico (CAQ). Quaisquer solicitações deverão ser acompanhadas da carta do Laboratório vencedor informando a previsão de um novo lote e carta de comprometimento de troca para validade;

4.6.11. A marca do material cotado e adjudicado deverá ser obrigatoriamente a mesma a ser entregue. A eventual substituição da marca deverá ser formalmente justificada pela empresa contratada, mediante apresentação de documentação emitida pelo fabricante ou distribuidor, com a devida previsão de entrega, ou de documento expedido por órgão regulador competente, quando aplicável, que comprove a descontinuação do produto, nos casos previstos no item 3.10.2 deste Termo;

4.6.12. Em caso de material importado, deve ter, adicionalmente, etiqueta e/ou manual com todas as informações técnicas em português. Informações incorretas ou inconsistências serão de responsabilidade exclusiva do fornecedor.

#### **5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

##### **5.1. AGENTES QUE PARTICIPARÃO DA GESTÃO DO CONTRATO:**

5.1.1. A gestão e a fiscalização da execução da contratação serão realizadas por agentes públicos, designados pela CONTRATANTE, que indicará o gestor e fiscal(is) para cada contrato, observando-se os requisitos estabelecidos pelo Art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Será designado um fiscal (ou mais, a depender da complexidade do contrato) de perfil técnico, que ficará a cargo de acompanhar o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração;

5.1.2.1. Especificamente sobre aquisição de PPS, na qualidade de materiais médico-hospitalares, serão confrontadas as descrições constantes no presente termo com o material que é entregue pela CONTRATADA, bem como a marca ofertada no certame, sua qualidade no momento do uso, ou qualquer outra inconformidade que venha a ser verificada adversa a todo o registrado na fase habilitatória;

5.1.3. Em caso de necessidade da garantia contratual, a gestão solicitará à CONTRATADA o valor referente ao disposto no item 3.6, o qual pode ser efetuado em forma de depósito ou apólice de seguro;

5.1.4. Havendo necessidade de intervenção, a fiscalização notificará o gestor, que entrará em contato com a CONTRATADA, seja através de preposto previamente designado, ou nos canais de contato habituais, como *e-mail*, telefones, etc;

5.1.4.1. Persistindo a situação adversa ao determinado em contrato, será aberto processo administrativo para apuração de responsabilidade da CONTRATADA;

5.1.4.2. O procedimento será observado pela Administração Pública e pelo administrado, e garantirá os princípios da legalidade, do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da motivação, da proporcionalidade, bem como os demais princípios constitucionais e legais que regem a atuação da Administração Pública.

5.1.4.3. As possíveis infrações e sanções a serem verificadas estão previstas nos Artigos 155 a 163, da Lei 14.133/21;

5.1.4.4. Após a apuração da penalidade, a depender do entendimento jurídico, bem como da decisão da CONTRATANTE, a gestão poderá solicitar o distrato contratual (amigável ou unilateral).

#### **5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

##### **5.1. AGENTES QUE PARTICIPARÃO DA GESTÃO DO CONTRATO:**

5.1.1. A gestão e a fiscalização da execução da contratação serão realizadas por agentes públicos, designados pela CONTRATANTE, que indicará o gestor e fiscal(is) para cada contrato, observando-se os requisitos estabelecidos pelo Art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Será designado um fiscal (ou mais, a depender da complexidade do contrato) de perfil técnico, que ficará a cargo de acompanhar o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da

prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração;

5.1.2.1. Especificamente sobre aquisição de PPS, na qualidade de materiais médico-hospitalares, serão confrontadas as descrições constantes no presente termo com o material que é entregue pela CONTRATADA, bem como a marca ofertada no certame, sua qualidade no momento do uso, ou qualquer outra inconformidade que venha a ser verificada adversa a todo o registrado na fase habilitatória;

5.1.3. Em caso de necessidade da garantia contratual, a gestão solicitará à CONTRATADA o valor referente ao disposto no item 3.6, o qual pode ser efetuado em forma de depósito ou apólice de seguro;

5.1.4. Havendo necessidade de intervenção, a fiscalização notificará o gestor, que entrará em contato com a CONTRATADA, seja através de preposto previamente designado, ou nos canais de contato habituais, como *e-mail*, telefones, etc;

5.1.4.1. Persistindo a situação adversa ao determinado em contrato, será aberto processo administrativo para apuração de responsabilidade da CONTRATADA;

5.1.4.2. O procedimento será observado pela Administração Pública e pelo administrado, e garantirá os princípios da legalidade, do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da motivação, da proporcionalidade, bem como os demais princípios constitucionais e legais que regem a atuação da Administração Pública.

5.1.4.3. As possíveis infrações e sanções a serem verificadas estão previstas nos Artigos 155 a 163, da Lei 14.133/21;

5.1.4.4. Após a apuração da penalidade, a depender do entendimento jurídico, bem como da decisão da CONTRATANTE, a gestão poderá solicitar o distrato contratual (amigável ou unilateral).

## 5.2. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO:

5.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.2.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

## 5.3. PAGAMENTO:

5.3.1. O pagamento será realizado até 30 dias após o adimplemento de cada parcela, que será solicitada pelo Serviço de Controle de Materiais Hospitalares;

5.3.1.1. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega devidamente atestada por agente competente e da instalação (quando houver) do objeto;

5.3.2. Caso se faça necessária, a reapresentação da Nota Fiscal Eletrônica de Venda (ou apresentação da carta de correção) por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

5.3.3. Os pagamentos devidos à CONTRATADA não excederão os valores apresentados em sua proposta comercial.

## 6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE PREÇOS:

6.1. Será contratada a empresa que ofertar o **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM** em **MODO DE DISPUTA ABERTO** e atender a todas as fases de habilitação do certame, que constarão em futuro edital;

6.2. Se a proposta de preços ou o lance de menor valor não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital;

6.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.3.1. valor unitário do item;

6.3.2. Marca;

6.3.3. Fabricante;

6.3.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceita pela Administração.

## 7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às sanções previstas na Lei n.º 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.1. Somente a Divisão Logística de Suprimentos (DIVLS) / Serviço de Controle de Medicamentos poderá solicitar/autorizar a entrega de material, salvo comando de departamento superior.

8.1.1. Os setores/clínicas de destino do material **NÃO** estão autorizados a solicitar diretamente junto a CONTRATADA a entrega do material, salvo permitido pela DIVLS/ Serviço de Controle de Medicamentos ou departamento superior.

8.2. Antes de apresentar a proposta, a CONTRATADA deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade.

8.3. A apresentação da proposta implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

8.4. O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto referente a presente contratação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, inclusive a entrega e o descarregamento.

## 9. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

**Luiz Fernando Ventura de Souza**  
Técnico Universitário II  
DIVLS / Controle de Medicamentos  
Matrícula: 36229-3 ID Funcional: 443098-4  
E-mail institucional: [luiz.souza@hupe.uerj.br](mailto:luiz.souza@hupe.uerj.br)

**Luiz Carlos C. R. Junior**  
Técnico Universitário II  
DIVLS / Controle de Medicamentos  
Matrícula: 41253-6 ID: 51363879  
E-mail institucional: [luiz.junior@hupe.uerj.br](mailto:luiz.junior@hupe.uerj.br)

**Suzete Henrique da Silva**  
Farmacêutica / Chefe do Serviço de Farmácia - HUPE  
Matrícula: 851.957-1 ID Funcional: 300.5273-4  
E-mail institucional: [suzete.henrique@hupe.uerj.br](mailto:suzete.henrique@hupe.uerj.br)

**Rogério Marques de Souza**  
Coordenador de enfermagem da COEN  
Matrícula 31.026-8 / ID: 2568325  
E-mail institucional: [rogerio.souza@hupe.uerj.br](mailto:rogerio.souza@hupe.uerj.br)

**Ana Alice de Almeida Triani.**  
Farmacêutica HUPE/UERJ  
Mat.: 33774-1. / ID – 2571106

Rio de Janeiro, 10 abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos Cardoso Ribeiro Júnior, Técnico Universitário**, em 14/04/2026, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Marques de Souza, Coordenador(a)**, em 14/04/2026, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzete Henrique da Silva, Farmacêutica**, em 16/04/2026, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Alice de Almeida Triani, Técnico Universitário Superior**, em 20/04/2026, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **129507697** e o código CRC **85D09A66**.